

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, DO DIA 15/06/2020.

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às 09h, realizou-se uma reunião do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, via webconferência, através do link <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/vanessa-ferraz-almeida-neves>. Estiveram presentes os seguintes professores: Andrea Moreno, Coordenadora do Programa; Vanessa Ferraz Almeida Neves, Subcoordenadora do Programa; Júlio Emílio Diniz Pereira, Coordenador do Doutorado Latino-Americano; Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento e Autoavaliação do Programa; Adriana Araújo Pereira Borges, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento Discente do Programa; Renata Lima Aspis, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Currículos, Culturas e Diferença; Suzana dos Santos Gomes, coordenadora da Linha de Pesquisa: Docência: processos constitutivos, professoras/es como sujeitos socioculturais, experiências e práticas; Francisco Ângelo Coutinho, Coordenador da Linha de Pesquisa: Educação e Ciências; Gilcinei Teodoro Carvalho, Coordenador da Linha de Pesquisa: Educação e Linguagem; Vanessa Sena Tomaz: coordenadora da Linha de Pesquisa: Educação Matemática; Ana Maria Rabelo Gomes, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas; Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Coordenador da Linha de Pesquisa: História da Educação; Ademilson de Sousa Soares, Coordenador da Linha de Pesquisa: Infância e Educação Infantil; Maria Rosimary Soares dos Santos, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Políticas Públicas de Educação; Luiz Paulo Ribeiro, Coordenador da Linha de Pesquisa: Psicologia, Psicanálise e Educação; Tânia de Freitas Resende, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Sociologia da Educação: Escolarização e Desigualdades Sociais. Também estiveram presentes os representantes discentes Neilton dos Reis Goularth, Iara Marina dos Anjos Bonifácio, Lianny Sánchez López e Lorena Mara de Jesus Sodré. O Prof. Eucídio Pimenta Arruda, Coordenador da Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana justificou sua ausência. Verificado o quórum regulamentar, a Profa. Andrea Moreno agradeceu a presença de todos e iniciou com os **INFORMES: 1 - Professores referência Processo Seletivo 2021** – a Profa. Andrea disse que vai marcar uma reunião online com os professores referência do Processo Seletivo 2021, já que um processo totalmente online vai exigir muito cuidado de todos. **2 - Relatório Sucupira 2020** – A Profa. Andrea lembrou que o Relatório Sucupira 2020 será o último do quadriênio, portanto, o mais importante. Deverá ser feita a indicação dos melhores produtos do Programa e também a indicação das quatro melhores produções por docente. A Profa. Andrea informou que será enviado um formulário a todos os professores para que indiquem suas melhores produções. A Profa. Andrea esclareceu que, em caso de coautoria, o trabalho poderá ser indicado por apenas um dos docentes e pediu que isso seja acordado entre os professores antes do envio do formulário. Lembrou, ainda, que os professores devem indicar, no mínimo, dois artigos em periódico, mas que o ideal seria a indicação de quatro artigos A1. A Capes vai usar como referência o novo Qualis, que ainda não está divulgado. As duas outras indicações podem ser dois livros autorais ou um livro autoral e um capítulo de livro, mas este recebe pontuação menor. A Profa. Maria da Conceição sugeriu que os professores indicassem no formulário seis produtos em ordem de importância para que a coordenação tenha uma certa flexibilidade na escolha. A Profa. Vanessa Neves concordou com a Profa. Maria da Conceição, mas acrescentou que seria importante que os professores enviassem uma lista organizada, em que as indicações de trabalhos em coautoria já tivesse sido acordada entre eles. A Profa. Andrea lembrou que todos os trabalhos indicados devem ter sido registrados na Plataforma Sucupira e reafirmou que todas as informações serão enviadas aos professores por email. **3 - Eleições para a nova coordenação do PPGE** – A Profa. Andrea informou que está dando início ao processo de eleição da nova coordenação do PPGE. Ressaltou a importância de se iniciar o processo com antecedência e sugeriu que fosse feito um documento com propostas para a nova coordenação com a

participação de docentes, discentes e técnicos. Informou que a votação será feita em novembro deste ano e que a nova coordenação terá um período de acompanhamento do trabalho da coordenação atual em um período de transição.

4 – Recursos PROEX – A Profa. Andrea informou que a coordenação recebeu um ofício da Capes comunicando que o segundo repasse de verbas será dividido em duas partes. O Programa irá receber 50% da verba e a outra metade não está garantida, porque a Capes vai fazer uma nova sistemática de repasse do dinheiro, mas não informou quais serão os novos critérios. Diante desse fato, a Profa. Andrea ressaltou que as rubricas definidas pelo Comitê Gestor do Programa devem ser revistas, o que será feito em breve.

5 – OF. CIRCULAR Nº15/2020/GAB-REI-UFMG, com informações sobre eleições durante a pandemia – A Profa. Andrea informou que a reitoria determinou que todas as eleições na UFMG estão suspensas até que a DTI tenha um maior controle de sigilo de dados. A próxima eleição do PPGE seria para coordenadores de linha, a qual não poderá ser realizada enquanto a portaria estiver em vigor.

6 - Rodízio de Comissões – A Profa. Andrea apresentou um quadro em que constam os nomes de todos os professores que vêm participando de Comissões no Programa. Pediu aos professores que analisassem o quadro com cuidado para que possa ser pensado o rodízio daqui por diante, levando-se em consideração o número de docentes de cada linha.

7 – Reunião do CEPE – A Profa. Andrea informou que foi convocada pela PRPG para uma reunião no dia 16 de junho para tratar da retomada de atividades de forma remota. Disse que este já é um desdobramento da reunião da última reunião do CEPE. A Profa. Andrea passou a palavra à Profa. Ana Gomes para que ela desse os informes sobre essa reunião do CEPE. A Profa. Ana Gomes relatou que esta foi uma reunião atípica, com cinco horas de duração, e que não foi deliberativa. Informou que o documento dos alunos enviado pela PRAE não chegou ao CEPE para a reunião e que 48% dos Programas não consultou os discentes ao dar sinal positivo para retomada das atividades de forma remota, a qual somente poderá ser implementada com a anuência dos alunos. Foi indicado o dia primeiro de julho para o início da retomada das atividades, mas essa data é flexível. A Profa. Ana Gomes recomendou que seja feito um exercício antes da retomada das disciplinas. Sugere que seja feita uma experimentação para aferir as condições do Programa para a realização do ensino remoto como, por exemplo, desencadear atividades como o “Quarta na pós”. A Profa. Andrea esclareceu que tudo seria decidido na reunião do Conselho Universitário e lembrou que será preciso repensar o “Quarta na pós”, redefinir o calendário e entrar em contato com os palestrantes.

8 – Comitê Gestor – A Profa. Andrea informou que a aluna Anna Carolina de Paiva Leal foi eleita pelos discentes como representante do Comitê Gestor.

PAUTA: 1) Aprovação da Ata da Reunião do Colegiado do dia 01/06/20 – a ata foi aprovada por todos os membros do Colegiado.

2) Situação do aluno Cauê Almeida Galvão – A Profa. Andrea passou a palavra à Profa. Adriana para que ela explicasse a situação do aluno Cauê Almeida Galvão. A Profa. Adriana ressaltou que a Comissão de Acompanhamento Discente sempre zelou pela manutenção da privacidade de professores e alunos, sempre solucionando os casos sem necessidade de levá-los ao Colegiado, sendo este, portanto, um fato inédito. Essa decisão foi tomada porque o ocorrido não implica apenas a CAD, mas o Programa como um todo. O aluno, que é bolsista, está em Guiné Bissau e não comunicou ao Programa o seu afastamento. Quando questionado pela CAD, explicou que não conseguiu regressar ao Brasil devido à pandemia, mas que acredita ser possível retornar em julho. Também afirmou ter iniciado sua pesquisa de campo naquele país. No entanto, ainda não teve o parecer sobre seu projeto de pesquisa aprovado pelo Colegiado e não realizou os devidos procedimentos junto ao COEP. Mesmo assim, tomou a iniciativa por conta própria de iniciar a pesquisa e fazer contatos em escolas de Guiné Bissau. A Profa. Adriana ressaltou que esta é uma situação atípica e que, ao longo da reunião com o aluno, a CAD procurou fazer com que este entendesse a gravidade da situação. A Profa. Andrea salientou que o caso é grave, já que o aluno assinou um termo de compromisso em relação à bolsa. Enfatizou, ainda, que é dever do Colegiado tomar uma atitude imediata e pensar, inclusive, na possibilidade de corte da bolsa, pois tudo indica que o aluno está fazendo pesquisa sem orientação, por conta própria. Sugeriu que fosse enviada ao aluno uma carta assinada pelo Colegiado enumerando todas as infrações que está cometendo e solicitando uma resposta e uma solução imediata, caso contrário a bolsa será cortada. Ressaltou, ainda, que a mudança de orientação do aluno deve ser resolvida imediatamente. O representante discente Neilton perguntou o ano de entrada no Programa do aluno Cauê e também o que seria uma resposta satisfatória

para o Colegiado para que a bolsa não fosse cortada. A Profa. Andrea esclareceu que o aluno Cauê ingressou no curso em 2019. Disse, ainda, que conversou com a Profa. Dalila, sua atual orientadora, e que esta afirmou que a linha Políticas Públicas de Educação já tem a indicação de um novo orientador. Explicou também que o ofício do Colegiado seria para alertá-lo que está infringindo várias regras. A Profa. Ana Gomes lembrou da importância de averiguar se o aluno está em situação regular no país e indicar a ele que se apresente ao consulado brasileiro.

3) Prorrogação do Convênio Dinter com a Universidade do Estado da Bahia – A Profa. Andrea explicou que a previsão de defesa dos alunos que ingressaram pelo Convênio Dinter com a Universidade do Estado da Bahia é fevereiro de 2021 e que o relatório do projeto deve ser finalizado até junho de 2021. Foi feita uma reunião entre as Profas. Ana Galvão e Carmem Eiterer, coordenadoras do convênio pelo PPGE, e a Profa. Sônia Reis, coordenadora pela UNEB, na qual concluiriam que poucos alunos terão necessidade de pedir prorrogação de prazo de defesa. No entanto, caso algum dos alunos necessite de prorrogação de prazo, pode ser necessária a prorrogação do convênio. Diante disso, a Profa. Andrea explicou que a PRPG sugeriu que o Colegiado aprovasse a possibilidade de prorrogação do convênio por dois ou três meses. A proposta foi aprovada.

4) Aprovação das propostas da Comissão de Simplificação do Processo Seletivo – A Profa. Andrea argumentou que, mesmo o processo seletivo deste ano sendo realizado de um modo diferenciado, seria importante aprovar as propostas da Comissão de Simplificação do Processo Seletivo para seleções futuras. A Profa. Tânia questionou sobre a importância de essas mudanças serem aprovadas neste momento, já que ainda está sendo pensado o Processo Seletivo 2021, que pode funcionar como experimento em relação a mudanças, como a não realização da prova escrita para o Mestrado. Seria mais prudente ter a experiência desse processo seletivo para depois reavaliar a seleção como um todo. A Profa. Andrea esclareceu que o trabalho da Comissão foi motivado pela ideia de simplificação, porque o processo seletivo ocupa os trabalhos da secretaria durante quase todo o ano, o que interfere nas demais tarefas do setor. Por esse motivo, ter um projeto de simplificação deve ser pensado em termos de gestão. A Profa. Ana Gomes concorda com a Profa. Tânia e sugere que as propostas da Comissão sejam assumidas como recomendações a serem consideradas para o Processo Seletivo 2021. A Profa. Andrea acatou o encaminhamento de que as propostas sirvam de recomendação para o Processo Seletivo 2021 e pediu que o ponto fosse discutido nas linhas. A Profa. Andrea disse que a Comissão tem uma proposta de barema que será pautada na próxima reunião do Colegiado.

5) Indicação da Comissão Geral de Seleção – Processo Seletivo 2021 – a Profa. Andrea disse que a Profa. Vanessa Neves e ela participarão como titulares da Comissão Geral de Seleção 2021 e pedem sugestões de outros dois titulares e dois suplentes. Os Profs. Gilcinei e Francisco se colocaram como titulares e as Profas. Suzana e Tânia se ofereceram como suplentes. A Comissão Geral de Seleção para o Processo Seletivo 2021 foi aprovada.

6) Processo Seletivo Mestrado 2021 – A Profa. Andrea afirmou que é muito importante a sinalização de datas para o Processo Seletivo 2021. Como o processo é muito longo, se os editais forem aprovados na próxima reunião do Colegiado, no dia 29 de junho, o processo começará efetivamente em setembro. Explicou que, se o Colegiado tomar todas diretrizes nesta reunião, os editais e o barema podem ser aprovados na próxima reunião do Colegiado. A Profa. Andrea apresentou a proposta de calendário para o Processo Seletivo 2021. A seguir, a Profa. Andrea abriu a discussão a respeito do Processo Seletivo Mestrado 2021 com duas propostas: incorporar a leitura de um livro à Defesa Oral do Projeto de Pesquisa ou fazer o processo segundo o mesmo modelo do doutorado. A Profa. Tânia reafirmou a posição da linha Sociologia da Educação, a qual prefere que não seja exigida uma leitura prévia na segunda etapa do Processo Seletivo Mestrado 2021 por causa do tempo de duração da prova. A linha acredita que a melhor opção é focar a arguição no projeto de pesquisa do candidato. A Profa. Renata reiterou a posição da linha Currículos, Culturas e Diferença que defende a indicação da leitura de um livro para o Processo Seletivo Mestrado 2021. A Profa. Maria Rosimary disse que a linha Políticas Públicas de Educação acredita ser importante a indicação de uma obra para a segunda etapa do Processo Seletivo Mestrado 2021, ainda que isso implique no aumento do tempo de arguição do projeto. Esta poderia ser uma obra comum a todas as linhas ou uma obra para cada linha, como uma leitura que trouxesse uma discussão política, mas que fosse uma obra do campo da educação. O Prof. Francisco ponderou que o tempo para a defesa de projeto de pesquisa é curto para incluir a

discussão de uma obra. Além disso, acredita que as linhas têm suas assinaturas políticas próprias e, por isso, talvez fosse difícil encontrar uma obra que contemplasse todas elas. O representante discente Neiton disse que os alunos discutiram bastante o Processo Seletivo 2021 e concordam com a proposta da linha Currículos, Culturas e Diferença de pensar o posicionamento político bem marcado do Programa dentro do processo seletivo. Defendeu que não sejam criadas propostas de seleção que sejam tão fechadas e que não representem a diversidade dos candidatos. A Profa. Andrea propôs desdobrar o encaminhamento: primeiro votar se será ou não indicada uma obra para o Processo Seletivo Mestrado 2021. Se a proposta de indicação de uma obra vencesse, seriam votadas três possibilidades de indicação: uma obra comum a todas as linhas, uma obra por linha ou as duas possibilidades ao mesmo tempo. Colocou o primeiro ponto em votação: foram 04 votos a favor da indicação de uma obra para o Processo Seletivo Mestrado 2021, 11 contra e 01 abstenção. A Profa. Andrea passou para a proposta de se criar um protocolo para a análise do projeto de pesquisa. O Prof. Gilcinei disse que a proposta de protocolo não seria no sentido de uma padronização, mas de uma orientação. A Profa. Tânia esclareceu que a proposta da linha Sociologia da Educação é da criação de um protocolo mais formal para a avaliação do projeto escrito, que o edital preveja itens mais objetivos para o projeto e que a arguição seja baseada nesses itens. Isso não vai inibir a diversidade dos projetos, já que se refere apenas aos itens que devem constar no projeto. A Profa. Andrea recomendou que as arguições sejam feitas de forma similar para todos os candidatos e que seja dada ao candidato uma sinalização de seu desempenho na arguição. É possível incluir os itens para o projeto de pesquisa e também discutir uma condução cuidadosa da arguição, com diretrizes. Esses pontos serão retomados na próxima reunião do Colegiado no momento da aprovação dos editais para o Processo Seletivo 2021. **7) Dilação de prazo de atividades acadêmicas** – A Profa. Andrea lembrou que o representante discente Neilton enviou uma carta aos membros do Colegiado sobre prorrogação de prazos e passou a palavra a ele. Neiton disse que essa discussão teve início na Assembleia Discente e que precisa ser discutida de forma mais aprofundada no Colegiado. O principal ponto seria a sensação de instabilidade, a falta de acolhida e a situação de pressão e, muitas vezes, de adoecimento que os estudantes vêm passando, sendo que isso se deve muito à questão dos prazos. Dessa forma, a sugestão dos alunos é que todos os prazos sejam estendidos. Os alunos entendem que talvez a alteração de alguns prazos não seja possível e também compreendem todas as implicações dessas decisões. No entanto, a proposta é de extensão de todos os prazos por quatro meses. A Profa. Andrea explicou que várias instâncias foram consultadas sobre a possibilidade de extensão ou não de prazos. Além disso, reconhece a angústia, a ansiedade e a falta de clareza que todos estão vivendo. Reafirmou que a coordenação e a secretaria têm tentado ser acolhedoras com os estudantes, mas têm questões que independem do Programa. Por esse motivo, sugeriu que nenhuma decisão fosse tomada antes das reuniões da PRPG e do Conselho Universitário, porque depois disso algumas diretrizes vão ficar mais claras. Tomar decisões neste momento é precipitado. Não existe clareza de como a Capes vai sinalizar a avaliação do próximo quadriênio. Consultou outros programas da UFMG e de outras instituições e todos estão aguardando as diretrizes da Capes. Reafirmou, ainda, que os pedidos de prorrogação devem ser analisados caso a caso. Explicou que o prazo para entrega de certificado de proficiência em língua estrangeira não é determinado pelo Programa. A questão pode ser discutida com a PRPG, mas não está sob o cuidado do PPGE. A possibilidade de prorrogação de prazo de defesa para os mestrandos ingressantes em 2018 para dezembro foi aprovada porque o Programa foi autorizado pela Capes e pela PRPG. Sobre o início do período letivo, é preciso aguardar a orientação do Conselho Universitário. Prefere ir avançando aos poucos na medida do possível em relação às prorrogações. Na reunião com a PRPG, pretende discutir as defesas previstas para fevereiro de 2021. Deixou claro que sua posição visa preservar não apenas o Programa, como também os alunos. Esclareceu, ainda, que algumas prorrogações têm sido

aprovadas, como prazo para qualificação e entrega de projetos. Nesses casos, a preocupação seria com o atraso da pesquisa e consequente adiamento da defesa, o que deve ser dimensionado. O prazo para entrega de Atividade de Comunicação Científica e relatório final de estágio docência já é o momento da marcação da defesa. A representante discente Iara esclareceu o pedido dos alunos. Disse que têm pensado muito no sofrimento que os prazos geram. Gostariam de pensar na dilação de prazos como uma possibilidade a ser discutida no Colegiado. Os estudantes têm receio de que o calendário acadêmico seja rediscutido e que os prazos sejam encurtados ainda mais. A representante discente Iara atentou para o fato de que o Programa vai ter que trabalhar com a dilação de prazos em seu horizonte, porque estas são questões reais e o Colegiado deve criar forças e argumentos nesse sentido. É preciso pensar em como trabalhar as questões políticas para que a dilação dos prazos não sejam tão impactantes para a avaliação do Programa. O Colegiado deve sinalizar sensibilidade em relação a essas questões e levá-las a outras instâncias. A Profa. Ana Gomes disse que na linha Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas cada orientador está tendo contato com seus orientandos e ressaltou a importância de se estabelecer espaços mais coletivos de discussão. Sugeriu que o documento dos alunos fosse levado à reunião da PRPG para que essas solicitações sejam pensadas. Não é possível a definição de dilação imediata porque isso não soluciona os problemas, mas deve ser feita uma consulta à PRPG sobre o que pode ser flexibilizado ou não e justificar. É preciso também verificar os temas das pesquisas de campo. Ainda está prematuro, mas é preciso atuar com alternativas e verificar qual tipo de flexibilidade é possível. A Profa. Vanessa Tomaz sugeriu que a dilação de prazos seja uma pauta permanente. A representante discente Iara disse que os alunos se sentiram contemplados com a fala da Profa. Ana Gomes e que a dilação de prazos por si só não resolveria a questão. Também concorda que esta deveria ser uma pauta permanente. A Profa. Andrea disse que todas as questões que envolvam a relação orientando/orientador devem ser levadas à CAD. Quanto à proposta de levar a carta dos alunos à PRPG, disse que não sabe como será a dinâmica da reunião, mas que se não for possível falar nesse espaço, levará a questão diretamente aos pró-reitores. Salientou que a dilação de prazos é uma preocupação permanente deste Colegiado. Disse também que sempre que os estudantes quiserem colocar alguma questão específica, devem pautá-la na reunião do Colegiado. A Profa. Andrea sugeriu o seguinte encaminhamento: deixar a dilação de prazos em suspenso até que existam diretrizes mais claras. Também afirmou que, em breve, será pautada a prorrogação de prazos dos doutorandos ingressantes em 2017.

8) Aprovação da Resolução que “Estabelece os procedimentos para a escolha dos coordenadores de linha de pesquisa do PPGE e os assuntos conexos” – A Profa. Andrea lembrou que foi instituída uma Comissão de Legislação que está revendo todas as resoluções do PPGE e iniciou a discussão sobre a resolução que “Estabelece os procedimentos para a escolha dos coordenadores de linha de pesquisa do PPGE e os assuntos conexos”. A Profa. Maria da Conceição questionou o artigo 4º. A Profa. Andrea esclareceu que os representantes de linha devem ser eleitos e que essas eleições estão sendo feitas coletivamente e com regularidade. A Profa. Ana Gomes sugeriu a inserção de um parágrafo no artigo 4º: “Tendo em vista a necessidade de manter regularidade, em casos excepcionais, a serem deliberados pelo Colegiado, será admitida a recondução do mandato até a convocação de eleição extraordinária ou até as próximas eleições ordinárias”. A Profa. Tânia questionou o artigo 7º. A redação do artigo 7º foi alterada para “Os mandatos dos coordenadores das linhas terão duração de dois anos e findam-se em 31 de agosto do ano corrente”. A resolução foi aprovada.

9) Aprovação de parecer sobre projeto de pesquisa: Priscilla Nogueira Bahiense.

10) Aprovação de Mudança de Orientador de Mestrado e Doutorado: aluna Danúbia Carolina Augusto Alves para a Profa. Mônica Maria Farid Rahme.

11) Aprovação de pedido de credenciamento da Profa. Dra. Maria José Francisco de Souza para coorientação da aluna Aline Marie de Simone; da Profa. Dra. Josiane Pereira Torres para coorientação da aluna Luciana Pereira Braga; da Profa. Dra. Aracy Alves Martins para coorientação do aluno Silvestre

Filipe Gomes. **12) Aprovação de Dispensa de Estágio Docência:** Juliane Gomes de Oliveira; Túlio César Dias Lopes. **13) Aprovação de Aproveitamento de créditos em disciplinas eletivas/isoladas:** Cleideni Alves do Nascimento Acco, Rodolfo Luís Leite Batista, Iara Marina dos Anjos Bonifácio, Íris Freua Assumpção, Edson Junio dos Santos, Thainara Cristina de Castro Ariovaldo, Elayne Cristina Rocha Dias, Larissa Freire Pereira, Daniel Cardoso Alves. **14) Aprovação de início de residência pós-doutoral:** Carolina Nascimento Jubé. **15) Aprovação de Prorrogação de Prazo para Defesa de Dissertação:** Andressa de Araújo Moreira, orientanda da Profa. Savana Diniz Gomes Melo, para 31/12/20; Ronalte Vicente da Silva, orientando do Prof. André Márcio Picanço Favacho, para 31/12/2020; Danielle Regina Rocha, orientanda do Prof. Arnaldo de Moura Vaz da Silva, para 30/04/21. **16) Aprovação de Prorrogação de Prazo para Defesa de Tese:** Fernanda Márcia Carlos de Oliveira, orientanda do Prof. Hormindo Pereira de Souza Júnior, para 30/11/20. O pedido de prorrogação de Gustavo Bruno de Paula, orientando do Prof. Cláudio Marques Martins Nogueira, para 20/05/2021, não foi aprovado. O Colegiado decidiu aguardar para seguir a mesma diretriz para todos os doutorandos com previsão de defesa para fevereiro de 2021. O pedido de prorrogação de Paula Francisca da Silva, orientanda da Profa. Savana Diniz Gomes Melo, para 30/06/2022, não foi aprovado. O Colegiado decidiu aguardar até que tenha diretrizes da Capes e da PRPG a respeito das defesas previstas para fevereiro de 2022. **17) Outros assuntos:** A Profa. Andrea lembrou que alguns professores do PPGE têm dificuldade em lidar com a intranet e o sistema minhaufmg e pede para que os coordenadores cuidem disso no interior da linha. Os sistemas são feitos de forma a proteger os dados para que o professor tenha privacidade em sua gestão. A Profa. Inês está solicitando mudança de orientação da aluna Verônica para o Prof. José Ângelo, mas é o orientador quem deve fazer o pedido pela intranet. Pede à Profa. Suzana que cuide do caso e ajude a Profa. Inês a fazer a solicitação via intranet. A Profa. Andrea também disse que queria deixar registrado que dois pedidos de credenciamento, de uma técnica e de uma professora da educação básica, para coorientação que foram pautados na reunião do Colegiado do dia 06 de abril serão pautados novamente na próxima reunião do Colegiado. A Profa. Andrea esclareceu que técnicos não poderiam ser credenciados como coorientadores devido a questões trabalhistas. A Profa. Ana Gomes ponderou que estas são questões trabalhistas que estão se embaralhando com a questão da qualificação da orientação. São questões a serem colocadas para a PRPG. Nada mais havendo a tratar, a Profa. Andrea Moreno agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Melissa Cobra Torre, Técnica em Assuntos Educacionais, em substituição à secretária do PPGE, Lorena Maia, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Colegiado. Belo Horizonte, 15 de junho de 2020.